

DA DISCIPLINARIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE: AJUSTAMENTO ESTRUTURAL E AS ESTRATÉGIAS NEO-LIBERALAIS DE RISCO¹

E. Macamo²

Introdução

Boaventura de Sousa Santos identifica o problema das ciências sociais na actualidade com a dificuldade de produção duma teoria crítica (1999). No apelo apaixonante que lança aos cientistas sociais para que não se contentem em apenas investigar o que existe, mas sim procurar também descrever, reconstruir e reabilitar o que não existe porque não pode ou não deve, Sousa Santos faz referência a duas formas de conhecimento, nomeadamente o conhecimento-regulação e o conhecimento-emancipação. A primeira, que se produz na preocupação ideológica de estabelecimento da ordem, é, na sua óptica, característica da modernidade enquanto que a segunda, a qual se legitima por uma ética de solidariedade, proporciona elementos para uma epistemologia verdadeiramente libertadora (idem). Tanto o diagnóstico quanto a proposta de classificação do conhecimento afiguram-se-nos úteis como ponto de partida para um olhar demorado sobre o papel do reajustamento estrutural na constituição de Moçambique como realidade social.

Em Moçambique, o problema mais intrigante que as ciências sociais enfrentam não é tanto a incapacidade de produção duma teoria crítica, mas sim a sua inutilidade. Para além dum projecto totalizante alterna-

¹ Agradeço os comentários que os meus colegas do Centro de Estudos Africanos do ISCTE no projecto de investigação sobre as transições políticas na África lusófona fizeram a uma primeira versão deste trabalho. O texto final é da minha inteira responsabilidade.

² Universidade de Bayreuth, Alemanha/Centro de Estudos Africanos, Lisboa.

tivo, que Sousa Santos coloca como uma das condições essenciais de emergência duma teoria crítica, faz falta neste início de milénio um espaço crítico capaz de dar coerência e legitimidade às muitas críticas que se fazem à ordem actual. Em certo sentido, portanto, não é tanto a ausência duma teoria crítica que constitui um problema, mas sim a dificuldade de tornar plausível qualquer projecto que procura localizar a realidade fora daquilo que existe. Mesmo sob o risco de provocar a ira de Ian Hacking (1999) podemos sugerir que a plausibilidade é uma construção social na medida em que a sua existência é função de interesses sociais, económicos, culturais e políticos que, no final de todas as contas, estabelecem os limites de coerência e compreensibilidade que qualquer fenómeno social precisa para se impôr como verdadeiro. Nas críticas que se fazem ao ajustamento estrutural quer em Moçambique, quer em todo o mundo duma forma geral, não faltam visões alternativas de projectos sociais totalizantes e reguladores. Faltam, isso sim, os contextos normativos dentro dos quais a violência totalitária³ do ajustamento estrutural pode ser vista como uma negação agressiva de outras realidades e, sobretudo, como um incentivo à acção.

Poderia propor, com recurso ao sociólogo francês Jean Baudrillard, que a realidade que o ajustamento estrutural impõe é um simulacro: é algo que se produz como representação de algo que não existe. É uma ilusão no sentido restrito de Baudrillard, mas também no sentido mais lato de Nietzsche, isto é de conhecimento funcional à vontade do poder. Chegados a este ponto podemos recuperar a classificação de conhecimento de Sousa Santos para defender a ideia de que, como ainda veremos, o ajustamento estrutural tem como base um conhecimento-regulação que se serve dum horizonte discursivo profundamente alicerçado num conhecimento-emancipação. Noutros termos, o projecto epistemológico do ajustamento estrutural visa essencialmente a produção duma ordem normativa e ontológica claramente definida. Neste sentido, o ajustamento estrutural está directamente implicado no conhecimento-regulação. Ao mesmo tempo, contudo, o projecto epistemológico cria as condições da sua própria reprodução social utilizando um discurso social eivado de referências emancipatórias como “dimen-

³ Utilizo esta expressão com o sentido que Michel Maffesoli lhe atribui na sua obra do mesmo nome (1994).

são social”, “capital social”, “participação”, “capacitação”, “propriedade”, “alívio”, etc., que esvaziam de conteúdo qualquer atitude crítica contra a ordem das coisas.

A reflexão que me proponho neste trabalho é justamente sobre estes dois momentos, nomeadamente a produção e legitimação duma ilusão. A ilusão em questão é Moçambique no quadro do reajustamento estrutural. A tese que quero defender é de que no contexto do reajustamento estrutural, Moçambique não é uma categoria ontológica essencial, mas sim um artefacto da intervenção externa num determinado espaço social local. O facto de ser um artefacto, porém, não torna Moçambique menos real, antes pelo contrário, a sua artificialidade é constitutiva da sua realidade. Noutros termos, Moçambique é o produto duma vontade de poder que na construção da realidade cria simultaneamente as condições necessárias à sua própria reprodução. Esta maneira de ver as coisas apoia-se na noção foucauldiana de ‘governamentalibilidade’⁴.

O conceito analítico central ao empreendimento aqui proposto é o de “disciplinarização”. Com base em Michel Foucault, a quem devemos a ideia inovadora sobre a natureza relacional do conceito de poder, interessa-me evocar o conceito de poder em articulação com a problemática da transformação de sujeitos em objectos. A pertinência analítica do conceito de poder não se esgota na constatação do seu exercício. Antes pelo contrário, é precisamente nos seus efeitos, nas condições materiais e sociais que cria para se reproduzir, que é possível apreciar com maior proveito analítico a sua utilidade. Assim, interessa-me neste trabalho olhar para a forma como as intervenções externas em meios sociais locais no contexto do reajustamento estrutural transformam sujeitos em objectos, isto é como é que uma sociedade inteira, um sistema político, uma economia, deixam de ser categorias ontológicas com agendas próprias para se constituírem como objectos da intervenção do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. A este processo dou o nome de normalização também com base no quadro analítico proposto pela noção de governamentalibilidade⁵.

⁴ ver Foucault 1991 e o volume editado por Burchell et al 1991

⁵ Ian Hacking (1990) utiliza a noção de normalização num sentido próximo do que é empregue aqui. Com efeito, ele identifica-o com a domesticação do acaso que coincidiu com aquilo que ele chama de ‘invenção de pessoas’ (making up people) (ebd.:3).

O conceito de normalização descreve o processo através do qual os actores sociais agem de acordo com uma norma estabelecida pelos que detêm o poder e, por via disso, internalizam as estruturas de regulação e autoridade que lhes são impostas de fora. Através da normalização o poder surge como desiderato do sujeito. O meu argumento aqui é de que os programas de reajustamento estrutural, enquanto instrumentos da vontade de poder do projecto totalizante neo-liberal, enquadram o processo normalizador em que o governo de Moçambique se submete voluntariamente ao poder das instituições de Bretton Woods sem se dar conta de tal.

O ajustamento estrutural em Moçambique

De entre “tanto para criticar” que o mundo hoje tem figuram certamente as políticas de reajustamento estrutural promovidas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial⁶. Nenhuma análise da condição do continente africano fica completa sem referência ao papel de ambas as instituições de Bretton Woods. Embora invariavelmente crítica e negativa, a referência revela a importância que as políticas promovidas por estas instituições têm na constituição da realidade social, económica e política das sociedades em que estão presentes. Esta importância não se resume apenas às intervenções ao nível estatal que são características de qualquer programa de reajustamento estrutural. Ela inclui também níveis mais inferiores, sobretudo o nível do quotidiano, onde os efeitos das intervenções macro-económicas se fazem sentir. Com efeito, é ao nível do dia a dia que se traduzem, domesticam e estabilizam as intervenções ao mais alto nível no esforço quotidiano individual e colectivo de tornar a ordem social previsível. É no dia a dia, para usarmos linguagem fenomenológica, que o mundo extremamente problemático do reajustamento estrutural é integrado no mundo não-problemático do quotidiano, do que é dado por adquirido. Na verdade, o que torna o reajustamento estrutural importante para a

⁶ Para o leitor menos atento este trabalho pode assumir o carácter duma ‘desculpabilização’ de Moçambique. Pois bem, acho oportuno proclamar aqui e agora que também sou de opinião que a responsabilidade pelos problemas de África, no geral, e de Moçambique, em particular, são em 95% é dos africanos e dos moçambicanos. Este trabalho é sobre os 5% que sobram.

constituição da realidade nos países africanos é precisamente a sua enorme capacidade de desestabilização da ordem quotidiana. É a forma como ele se impõe no horizonte social como a única fonte de problemas que precisam de solução. Completamente saturada por problemas, interesses, clivagens, etc. que reflectem as prioridades do reajustamento estrutural a realidade social daí resultante é uma realidade bastarda, expressão duma visão totalitária que se legitima com um discurso emancipatório.

A reflexão feita em África sobre o reajustamento estrutural tem dado primazia aos seus efeitos imediatamente materiais⁷. Esta reflexão tem como ponto de partida a crítica da racionalidade económica e política por detrás desses programas (ver a este respeito Gibbon 1996, Harvey 1996). Critica-se, sobretudo, o modelo neo-liberal sobre o qual assenta a acção do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, deplora-se o ascendente do chamado consenso de Washington⁸ e lamenta-se a ausência de alternativas (Green et al 1994, Please 1992).

No caso específico de Moçambique para além da crítica do consenso de Washington (Abrahamsson 1995) dá-se destaque às incongruências do modelo económico, como por exemplo no caso da política de caju, e seus efeitos perversos na estabilidade política e social do país. Os trabalhos de Joseph Hanlon constituem, neste ponto, uma referência obrigatória uma vez que aliam uma sensibilidade especial para a história do país com uma atitude incrédula em relação ao discurso neo-liberal (sobretudo 1991).

Embora a descrição gráfica do impacto social do reajustamento estrutural ilustre o seu lado negativo e represente de certa maneira o embrião do que Boaventura de Sousa Santos chamaria de “teoria crítica”, isto é, uma teoria que faça a etnografia do que é proibido, ignorado e oprimido, a reflexão crítica sobre o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional deixa de lado o que há de mais insidioso no reajustamento estrutural: o projecto totalizante neo-liberal. As críticas perdem-se no detalhe ao mesmo tempo que aceitam os termos de análise do consenso de Washington. Com efeito, a simples rejeição dos artigos de fé do con-

⁷ Simsa'a 1998, Riddell 1992, Mlambo 1993, Cheru 1995, Sahn et al 1997, Carmody 1998, Konadu-Agyemang 1998.

⁸ Ver também o número especial da *International Social Science Journal* (2000).

senso de Washington, nomeadamente a liberalização comercial, financeira e cambial, a privatização e a redução do papel do estado recupera os termos restrictos e profundamente ideológicos através dos quais o reajustamento estrutural se insinua no quotidiano e perde de vista o projecto mais global que enquadra e dá coerência a cada um dos elementos criticados. Criticar, por exemplo, o Banco Mundial em Moçambique pelo desastre que foi a política do cajú é oportuno e plausível. Mais necessário, contudo, é uma reflexão crítica que integre a deregulação e a crença supersticiosa na mão invisível do mercado num projecto mais alargado de invenção duma realidade cuja razão de ser não é outra senão a reprodução social do consenso de Washington. Se teoria crítica tem que haver ela deve virar as suas bactérias contra o narcisismo do discurso e práticas neo-liberais, pois será no acto de apontar e desmascarar esse projecto orweliano que se vão recuperar alternativas.

É neste sentido que a reflexão aqui proposta não envereda pelo caminho já bem trilhado da crítica aos efeitos materiais do reajustamento estrutural. Ela coloca no centro das atenções o projecto em si, o que dá coerência aos elementos estruturais na mira dos críticos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Sugerimos que esse projecto não se concretiza, nem se materializa na execução das políticas de liberalização e privatização, mas sim na representação que torna possível Moçambique. Ou por outra, a violência totalitária do projecto neo-liberal, para recuperar a feliz expressão de Maffesoli, está na colonização de espaços autóctones e imposição de limites à articulação de visões alternativas. O projecto totalitário neo-liberal concretiza-se nas aporias que impõe, na sua capacidade de tornar os anseios, projectos e expectativas do Outro apenas articuláveis nos termos do consenso de Washington. A análise incidirá, portanto, na disciplina- rização de Moçambique com destaque para o processo de normalização. A principal característica deste processo é o recurso a tecnologias de poder que incidem essencialmente naquilo que podemos chamar de invenção de actores, instituições e, duma forma geral, da construção social de Moçambique⁹.

⁹ Ao contrário de Michael Lynch (2001) que na sua recensão de Ian Hacking dá a entender que este se opõe fundamentalmente ao construtivismo – ele escreve, por exemplo, que Hacking, vacila entre a ambivalência e a indiferença' (p.241) – interpreto

A normalização

Moçambique tornou-se membro do Fundo Monetário Internacional em 1984, mas só a partir de 1987 é que introduziu um programa de reajustamento estrutural inspirado em receitas dispensadas pelo Fundo. A razão imediata da adesão ao Fundo Monetário foi a crise económica de que o país começou a se ressentir com acutilância na década de 80. A crise teve várias expressões. Por um lado, ela manifestou-se na fraca capacidade da economia nacional em satisfazer as necessidades do mercado nacional e por outro na incapacidade do estado moçambicano honrar os seus compromissos financeiros internacionais. As causas da crise económica moçambicana constituem matéria para debates empolgantes sobre a viabilidade, ou não, de projectos excêntricos de emancipação económica (ver a este respeito Hanlon 1984 e Saul 1985). Quando o país se tornou independente em 1975 o novo governo, de orientação marxista-leninista, optou pelo socialismo científico como via de desenvolvimento¹⁰. Em termos económicos a opção socialista teve como vertente prática principal a introdução duma economia planificada e a nacionalização de empresas e serviços em quase todas as áreas relevantes da actividade económica. Embora ainda não esteja totalmente esclarecido se as nacionalizações foram contingentes ou parte do programa revolucionário da Frelimo e se, dada a herança colonial, o país tinha alternativa à centralização do processo de decisão económica ou não, parece haver consenso quanto ao papel que estas opções tiveram na crise económica que veio a pôr o país de rastos (Cahen 1987). Acresce-se a estes factores estritamente económicos os factores de ordem política como por exemplo a guerra sul africana de desestabilização bem como a longa e sangrenta guerra civil que paralisou o país durante 16 anos para se obter um quadro duma crise programada e inevitável (Andersson 1992; Finnegan 1992; Gersony 1988).

a intervenção de Hacking como uma clarificação útil da noção de construção social. Com efeito, a sua exortação para que se especifiquem a que se refere a noção de 'construção' é bem vinda da mesma maneira que são oportunas as duas implicações que ele retira, nomeadamente (a) que esse construto é algo mau e (b) que o mundo estava melhor sem ele (1999:6). É seguindo esta lógica que defendo a tese de que com o ajustamento estrutural assistimos à construção social de Moçambique, construção essa que é má e da qual podemos prescindir. O meu olhar é decididamente normativo.

¹⁰ Esta opção foi formalizada no III Congresso do partido em 1977.

Do ponto de vista sociológico é extremamente difícil caracterizar Moçambique antes da introdução do Programa de Reajustamento Estrutural. Esta dificuldade vem sobretudo do facto de que qualquer caracterização fará recurso a um repertório linguístico que efectivamente reconstrói a realidade de forma tendenciosa. Com efeito, a escolha é entre contar a história do PRE do ponto de vista das instituições de Bretton Woods ou do ponto de vista dos seus críticos. No primeiro caso o período que antecedeu a introdução do PRE seria de irresponsabilidade económica e irracionalidade política. Voltaremos, mais adiante, a este tema. No segundo caso, porém, contar-se-ia a história dum projecto arrojado de emancipação económica e política que é rude e violentamente destruído por uma conspiração ideológica e financeira internacional para livrar o país ao fanatismo neo-liberal da nova direita (ver a este respeito Hanlon 1991 e Abrahamsson e Anders 1995).

Onde, então, começar a história? Uma vez que parece problemático começar a história desde o princípio afigura-se-nos como sendo mais sensato contá-la a partir da sua continuação, isto é a partir do momento em que a disciplinarização de Moçambique começa a materializar-se. A disciplinarização comporta vários elementos. Como atrás referido, estes elementos fazem parte do que chamo de processo de normalização. Cada um destes elementos é um pilar no projecto totalitário neo-liberal. A lógica por detrás deste projecto é a transformação de sujeitos em objectos do poder, isto é a re-invenção de Moçambique como um espaço local de intervenção externa. Na linguagem de Foucault trata-se de tecnologias de poder que, no caso vertente, encontram enquadramento institucional no programa de reajustamento estrutural. Com efeito, mais do que um programa virado à correção de desequilíbrios estruturais económicos, o reajustamento estrutural é, acima de tudo, um projecto de normalização no mais profundo sentido do termo, isto é ele estabelece normas de conduta que passam a guiar o comportamento dos actores sociais em questão.

A invenção de actores e a visibilidade do país constituem o eixo central da disciplinarização. Através destes dois elementos o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional produzem o ideal tipo de actor social e instituições sociais que vão ser a pedra angular da constituição duma nova realidade. Será na base deste eixo central que vai ocorrer a racionalização do conhecimento sobre o país, condição

essencial para a reprodução institucional do Banco Mundial e do FMI. O conluio entre, por um lado, a invenção de actores e a visibilidade do país e, por outro, a racionalização do conhecimento sobre o país produzem efeitos perversos que se manifestam sob a forma de trivialização do político e mistificação económica do país¹¹.

A invenção de actores

A sociologia, através do conceito de socialização, ensina que a existência, manutenção e permanência duma ordem social depende da funcionalidade de certos mecanismos institucionais e normativos. Segundo a sociologia funcionalista de Talcott Parsons, que mais produziu sobre a matéria, os sistemas sociais mantêm-se e reproduzem-se com base no trabalho que certas instituições como por exemplo a família ou a escola fazem. A sociologia de orientação marxista, principalmente a que se debruçou especificamente sobre o conceito de ideologia e hegemonia, aceita esta perspectiva funcional, distanciando-se dela apenas quando introduz um elemento de conflito. Neste sentido, a funcionalidade da socialização tem como subtexto a legitimação das relações de produção.

No período imediatamente a seguir à independência o ideal do serviço público estava subordinado à ética política dominante: servir o povo. O funcionário público tinha de ser altruísta e honesto, tinha de respeitar os bens públicos e procurar gratificação política e não material para os seus esforços, tinha de ter uma conduta moral recta, enfim, tinha de ser íntegro sob todos os pontos de vista. Muitos observadores atestam ao governo da Frelimo uma conduta moral rígida (ver por exemplo Hanlon 1991). Esta conduta não era condicionada apenas pela orientação ideológica assumida. Tinha também um pouco a ver com a forte influência do protestantismo no nacionalismo moçambicano¹², o qual não se alimentava apenas da rejeição da exploração do homem pelo homem como também da aversão à degeneração moral que o colonialismo português tinha produzido no país. Com efeito, os primeiros

¹¹ Não me vou debruçar sobre estes últimos dois aspectos, porque já o fiz algures (Macamo 1999 e 2002).

¹² ver a este respeito Cruz e Silva 1996.

discursos políticos de Samora Machel, o primeiro presidente de Moçambique independente, dão muito destaque a questões éticas. Em quase todos os discursos pronunciados durante a sua viagem triunfal do Rovuma ao Maputo em 1975 a tónica principal não é tanto a exploração capitalista quanto a degeneração moral nas urbes.

Embora este ideal público tenha sido sempre contestado, mais nas acções concretas do dia a dia correspondendo um pouco àquilo que James Scott chamaria de 'armas dos fracos' do que verbalmente, a sua afirmação fazia parte do projecto hegemónico do bloco de poder. Na verdade, era através da condenação pública e repressão do desvio que o projecto revolucionário se legitimava. Uma das mais importantes invenções do bloco de poder no período pós-independência foi a chamada figura de 'Xiconhoca' que era a antítese do 'homem novo', o ideal revolucionário. A característica mais marcante do 'Xiconhoca' não era a hostilidade à revolução, mas sim uma conduta moral duvidosa que, no final de todas as contas, punha em perigo todo o projecto revolucionário.

Enquanto que na euforia da vitória sobre o governo colonial português o "Xiconhoca" era essencialmente um espantalho funcional à imagem de "homem novo" que o novo regime queria impor, com o agudizar da crise económica no início dos anos oitenta esta nemeses da revolução começou a ganhar contornos reais na vida pública. O ideal de serviço público e integridade começou a ser posto em causa pela função pública, cuja cúpula começou a reclamar privilégios correspondentes à sua importância de membros da nomenclatura. Na altura, estas reivindicações foram duramente criticadas quer pelo próprio partido quanto por observadores atentos. A tónica geral destas críticas tinha um cunho marxista que imputava à nova conduta do funcionalismo público tendências burguesas extremamente nocivas ao projecto revolucionário (Hanlon 1984; Saul 1985). Noutros termos, o problema foi visto em termos estruturais. Com efeito, considerou-se o ressurgimento de tendências neo-burguesas como resultado directo do facto de o partido estar a perder o seu papel dirigente na sociedade. A resposta dada a este problema foi o aumento da repressão, sobretudo a reintrodução de castigos corporais, a introdução da pena capital e, de forma geral, o aumento das penas de prisão para crimes económicos e políticos.

Tratando-se, contudo, dum problema que tinha mais a ver com a corrosão do ideal de serviço público do que da orientação ideológica a repressão não teve um efeito significativo no comportamento geral. E uma vez que os problemas que o país enfrentava eram, essencialmente, de natureza económica, portanto técnica, a dependência do partido dos conhecimentos técnicos da função pública inviabilizou de certa maneira a pequena revolução cultural que a Frelimo quis iniciar em resposta à crise do seu próprio sistema. A entrada em cena das instituições de Bretton Woods só acentuou ainda mais esta tendência. Com efeito, o reajustamento estrutural tinha também o seu ideal público. A honestidade e integridade figuraram sempre no conjunto de valores e características que o funcionário público ideal tinha que ter. No caso do ajustamento estrutural, contudo, não se tratava dum ideal virado para o serviço público em nome da revolução socialista, mas sim em nome duma crença inabalável numa visão essencial da natureza humana. Essa visão tinha o seu alicerce ideológico na noção neo-liberal de *homo economicus*.

Nesta ordem de ideias a ética que acompanha a visão da essência humana neo-liberal substituiu o que restava do altruísmo revolucionário pelo egoísmo e espírito competitivo necessário à libertação das energias empreendedoras tanto tempo prisioneiras do ideal revolucionário. É assim que o ajustamento estrutural, com todo o seu aparato institucional de incentivos, remuneração bem como a instalação dum sistema em certa medida meritocrático, intensifica o processo de alienação estrutural da burocracia em relação ao poder político e estabelece um novo perfil de funcionalismo público como norma. O 'homem novo' da Frelimo é substituído pelo 'homo economicus' do ajustamento estrutural.

Há paralelos interessantes entre o ideal de serviço público da Frelimo e das instituições da Bretton Woods. Ambas primam pela integridade e pelo serviço público em prol dum ideal essencialmente político. A concretização deste ideal, contudo, fica prisioneira do contexto institucional dentro do qual cada uma das ideologias opera. Assim, enquanto que o 'homem novo' da Frelimo tem de optar entre o altruísmo apregoado pela revolução e o instinto natural de preservação o 'homo economicus' neo-liberal vê-se confrontado com a escolha entre a maximização dos seus benefícios e o consentimento dos sacrifícios necessários ao

equilíbrio estrutural da economia. Em ambos os casos o contexto normativo em que os actores sociais operam é, contudo, bastante tentador. No caso da Frelimo o sistema de nomenclatura em que se baseia a distribuição e exercício do poder favorece o seu abuso. No caso do ajustamento estrutural é a revolução de esperanças crescentes que cria um ambiente conducente à corrupção.

Dum modo geral o ajustamento estrutural cria condições para a emergência, legitimação e sedimentação dum novo tipo de actor social. Estas condições são subjectivas e estruturais. Elas são subjectivas na medida em que legitimam indirectamente o individualismo. Elas são vistas pelos actores sociais como uma oportunidade para se emanciparem das exigências sociais que sobre eles pesam. Ao mesmo tempo, contudo, elas são estruturais na medida em que o recuo do estado e o processo de pauperização que o ajustamento torna cada vez mais presente exerce uma pressão muito forte sobre as redes sociais tradicionais.

A visibilidade do país

O controlo disciplinar assenta num poder panóptico. O objecto do poder tem de ser opaco, isto é visível do exterior e cego por dentro. No seu mais recente livro James Scott atribui ao estado formas de ver que formam a base da estabilização da sua ascendência sobre a sociedade (1998). Através da standardização e uniformização o estado torna a sociedade visível ao mesmo tempo que a regimenta. O reajustamento estrutural contém também elementos uniformizantes e standardizantes que tornam o país em questão visível ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional. Estes elementos consistem essencialmente naquilo que o projecto neo-liberal chama eufemisticamente de 'capacity building'. Trata-se, no fundo, de reformas burocráticas cuja função manifesta é tornar o estado mais eficiente e funcional. Não obstante, a função latente do 'capacity building' reside na possibilidade de tornar o país transparente aos olhos das instituições de Bretton Woods.

Com efeito, uma das maiores prioridades de qualquer programa de reajustamento estrutural é de apreender o país em questão em números. O sucesso do reajustamento estrutural depende da quantificação. Assim, em Moçambique despendeu-se muita energia na modernização do sistema de recolha e tratamento de dados estatísticos. A realidade

do país foi reduzida a números. Já no período colonial a estabilização do estado colonial tinha dependido essencialmente da quantificação da sociedade. A Direcção Geral dos Serviços Indígenas, por exemplo, mantinha pautas com a relação das autoridades gentílicas que consistiam não só dos nomes dos régulos e chefes de terras como também, e fundamentalmente, do número de habitantes de ambos os sexos, número de palhotas e gado (bovino, caprino e canino) (Arquivo Histórico de Moçambique). A contagem, como instrumento de poder, tem uma longa tradição (ver a este respeito Hacking 1990).

Desde a introdução do programa de reabilitação económica o país melhorou constantemente a sua capacidade de se resumir em números através da sofisticação dos seus meios estatísticos e inclusão dum número cada vez maior de variáveis na definição do que é a realidade do país. A redução do país a números não responde apenas à necessidade de sistematização da informação para melhor intervenção. Ela propicia também a frieza legendária destas instituições em relação ao lado social das suas políticas. Números são frios, factuais, não transmitem emoções. O sofrimento e a felicidade, a pobreza e a afluência, a fome e a plenitude, o desemprego e o emprego reduzidos a números, percentagens, proporções, tendências e frequências são a mesma coisa. São simples números.

Michel Foucault identifica a emergência duma nova forma de biopolítica com a capacidade crescente do estado de contabilizar os seus recursos. Esses recursos vão desde o potencial humano até ao material e natural dum determinado território. Aliás, a redução dum território a números, à estatística, constitui uma das formas mais eficazes, e perniciosas, de regulação social. Por outro lado, a redução é também uma maneira de tornar uma realidade visível de uma certa maneira. Assim, a redução de Moçambique a números não só facilita o trabalho das instituições de Bretton Woods como também, e sobretudo, permite a sua classificação em termos pré-definidos. É com base nesta classificação que o FMI e o Banco Mundial podem planear as suas intervenções. Ou por outra, o produto interno bruto não revela apenas a fraqueza ou vigor da economia moçambicana, mas também onde o país deve ser colocado e que tipo de conselhos e receitas ele precisa.

Este processo de produção da visibilidade do país está na origem da tendência destas instituições de ignorar as condições específicas do

país. Apesar dos protestos moçambicanos, ao Banco Mundial e ao FMI nunca interessou saber donde vinha a incapacidade de honrar os compromissos financeiros externos. A guerra civil, a desestabilização militar e económica sul africana e a ordem económica internacional nunca figuraram nos cálculos destas instituições. E a razão pela qual nunca figuraram tem menos a ver com uma atitude ideológica pré-concebida e muito a ver com o seu procedimento burocrático pré-estabelecido que consiste em classificar, categorizar e dar receitas gerais. O mundo, na visão neo-liberal, é um lugar simples em que, estranhamente, não é o comportamento individual que conta, mas sim a predominância de modelos.

A racionalização do conhecimento sobre o país

Através da invenção de actores e instituições sociais o reajustamento estrutural age directamente sobre o país. Molda-o aos seus interesses estratégicos e funcionais. Reduzido a números e dirigido por actores com o perfil ideal o país ganha contornos reais para o Banco Mundial e para o Fundo. Estes contornos manifestam-se através do processo através do qual o conhecimento sobre o país é racionalizado no interior destas instituições. Surgem peritos, gabinetes especializados, programas e dossiers sobre Moçambique que dão realidade aos números que a direcção nacional de estatísticas, o centro de promoção de investimentos, o centro de promoção de exportações, etc. vão produzindo no seu frenesim quantificador.

Nos anos que vão desde a introdução do PRE até aos dias de hoje o Banco e o Fundo estabeleceram-se como as fontes mais importantes e credíveis de conhecimento objectivo sobre Moçambique. Os seus gabinetes de imprensa produzem informação actualizada e detalhada sobre os vários sectores da vida económica, política e social do país e os seus especialistas afirmam-se como os verdadeiros conhecedores dessa realidade. A produção e processamento de informação sobre Moçambique vira uma instituição que serve também o objectivo não só de dar realidade concreta a Moçambique no interior destas organizações como também de impor a sua visão como sendo a única válida. O conhecimento do Banco e do Fundo constitui-se em discurso oficial, isto é em única fonte válida e fidedigna de informação sobre a verdadeira realidade do país.

Ajustamento estrutural e estratégias de risco

A perspectiva teórica informada pela noção de governamentabilidade parte dum pressuposto político-analítico que identifica a fase da modernidade em que vivemos com o triunfo do discurso neo-liberal (Dean 1997). Este discurso neo-liberal traduz-se em práticas de dominação que encontram nas instituições da Bretton Woods, através dos programas de ajustamento estrutural, um executor ideal. Michael Hardt e Antonio Negri (2000) declaram o imperialismo morto e acabado. Em seu lugar eles identificam o 'império', uma nova forma global de soberania, cuja lógica de dominação é a bio-política, isto é o controlo da vida. Hardt e Negri apoiam-se, na enunciação desta contestação, também numa perspectiva foucauldiana. O 'império', esta nova forma de soberania global, é um projecto totalizante articulado coerentemente pelos pressupostos neo-liberais, sobretudo nas suas manifestações concretas nos países em desenvolvimento.

O neo-liberalismo, como tecnologia de dominação, afirma-se pela sua capacidade de representação da realidade. Esta representação materializa-se através da definição dum campo discursivo em que o exercício do poder é racionalizado. Noutros termos, o discurso neo-liberal delimita conceitos, especifica objectos e fronteiras e produz argumentos e justificações (vide Lemke 2001) que constituem a base sobre a qual assenta a capacidade governativa de lidar com problemas. O discurso estrutura certas formas de intervenção no campo definido para o efeito. Esta estruturação que surge sob forma de agências, procedimentos, constituições, formas jurídicas, etc., produz, por assim dizer, o objecto e sujeito da gestão da racionalidade política. Na sua análise de duas formas específicas de neo-liberalismo Michel Foucault estabelece uma linha contínua entre o Ordo-liberalismo alemão que culminou com a economia social do mercado (1991) e o neo-liberalismo da escola de Chicago que, por sua vez, foi dar, ainda segundo Foucault, na sobreposição da esfera económica sobre todas as outras¹³.

¹³ ver também Rose e Miller 1992, O'Malley 1996.

Para cada uma destas fases do liberalismo correspondeu uma forma específica de governação. Enquanto que na primeira, ordo-liberalismo da escola de Freiburg, dominou a ideia de que o capitalismo é uma entidade económica institucional historicamente constituída e que, por isso mesmo, aberta à intervenção política na segunda, neo-liberalismo da escola de Chicago, ganhou proeminência a ideia de que a regulação social com base no ideal do 'homo economicus' constitui a única forma legítima de intervenção política (1988). Consequentemente, na primeira fase a política social foi concebida como uma forma de criação de condições sociais e históricas para o surgimento e funcionamento do mercado. Na segunda, pelo contrário, a política social tem como objectivo responsabilizar o indivíduo. A criação de condições sociais e históricas para o mercado teve na socialização do risco através da criação, desenvolvimento e institucionalização do estado-previdência a sua vertente prática. A responsabilização do indivíduo, porém, tem a sua vertente prática na reforma do estado-previdência com maior ênfase naquilo que se chama de 'novo prudencialismo' (Dean 1997, Rose 1996). Na nova concepção da gestão de relações sociais a sociedade não se produz através da socialização do risco, como argumentava, por exemplo, François Ewald (1991 e 1993), mas sim através de cálculos agregados de bem-estar ideal para grupos identificáveis de população bem como pela categorização de grupos marginais considerados como sendo de 'alto risco' para a sociedade e que precisam de ser mantidos à distância.

A minha tese é de que o projecto totalitário neo-liberal transferiu estas duas últimas estratégias de risco, nomeadamente o risco epidemiológico e o risco de gestão de casos (Dean 1997) para o palco internacional. Com efeito, nas relações entre o centro e a periferia domina a afirmação das práticas discursivas neo-liberais que tratam a periferia como um vasto campo de desordem e caos que ameaça a integridade do centro. Este caos precisa de ser domesticado e tornado previsível. O instrumento que se utiliza para o efeito são precisamente as duas estratégias de risco. O FMI e o Banco Mundial com as suas receitas de ajustamento estrutural surgem, neste contexto, como os executores dum projecto mais amplo de substituição do imperialismo pelo império, isto é pelo discurso e práticas neo-liberais que se constituem como novo projecto totalizante conforme referido repetidamente neste trabalho.

Os programas de ajustamento estrutural funcionam efectivamente como formas de domesticação da desordem e do risco. A crítica que se costuma fazer contra estes programas, nomeadamente de que ignoram a especificidade de cada país onde intervêm, tem a sua razão de ser na lógica de domesticação da desordem que lhes é inerente. Na verdade, os programas de ajustamento estrutural não intervêm directamente num país específico, mas sim numa ideia que corresponde a um tipo específico de país. Essa é a base da sua actuação. Moçambique torna-se visível para o FMI e o Banco Mundial menos pela sua história individual de colonização portuguesa, luta armada de libertação nacional, projecto socialista de emancipação política e económica, guerra civil, desestabilização, natureza madrastra, etc., mas mais por outro tipo de categorias: país de economia dirigida, país de governantes corruptos, país sem transparência governativa, país altamente endividado, país altamente endividado e pobre, etc.. Cada uma destas categorias constitui uma espécie de modelo que não define um único país, mas sim um grupo deles e a partir destas características gerais procura reconstruir um ideal-tipo. É através destas características gerais que Moçambique, como realidade social, ganha contornos aos olhos das instituições da Bretton Woods e pode ser definido como campo de intervenção.

Esta definição como campo de intervenção, como atrás indicado, opera segundo a lógica que a estratégia de risco impõe. A estratégia epidemiológica manifesta-se na forma como através da abstracção dum conjunto de factores se prognosticam certos resultados práticos no bem-estar populacional em consequência de determinadas acções práticas. Assim, o ajustamento estrutural inspira-se no consenso de Washington que parte da ideia de que os pressupostos sociais, económicos e políticos na base da economia de mercado são o fundamento mais seguro de optimização do bem-estar no mundo. É nessa base que o ajustamento estrutural, independentemente das condições específicas de cada país, insiste na implementação destes preceitos neo-liberais. Os condicionalismos típicos da intervenção do FMI e do Banco Mundial assim como as noções de 'boa governação', 'transparência', 'prestação de contas', etc. estabelecem uma norma que define o ideal de conduta no império, no sentido de Hardt e Negri (2000). Quando o governo moçambicano se impõe uma disciplina fiscal e monetária que atenta contra todo o instinto de sobrevivência de qualquer governo democra-

ticamente eleito bem como quando implementa reformas políticas tão contraditórias como a descentralização do poder e o reforço da autoridade tradicional não está somente a governar no sentido restrito do termo, mas sim, e sobretudo, a submeter-se à lógica disciplinar de normalização.

Já a estratégia de gestão de casos particulares se manifesta de forma diferente. Aqui não são noções abstractas que contam no cálculo de resultados agregados, mas sim a identificação de casos de risco que constituem perigo para a saúde e bem-estar do tecido social geral. A pobreza dos países em desenvolvimento não constitui apenas problema para os países industrializados somente porque suscita sentimentos descritos por Carlos Lopes como sendo de dívida de compaixão (1997). Ela é um problema porque põe em risco a própria segurança destes países: a pobreza e o sub-desenvolvimento levantam o espectro de migrações descontroladas, tráfico de drogas, criminalização do estado, terrorismo, etc. Estes problemas são apreendidos sobretudo como ameaças aos países industrializados. Consequentemente, a melhor forma de com eles lidar é através da sua transformação em riscos calculados. É assim que se identificam os países potencialmente perigosos e se desenham políticas que não resolvem os problemas estruturais de base, mas sim mitigam os seus efeitos. A proclamação de Moçambique como HIPC, por exemplo, não resolve, e ninguém de resto diz isso, o problema do endividamento do país. Antes pelo contrário, ao mesmo tempo que se anula mais de dois terços da dívida torna-se o país elegível à contração de mais dívidas¹⁴ A proclamação, portanto, é uma medida preventiva que mantém o país num estado vegetativo (com os programas de erradicação da pobreza até 2015, e diziam que a planificação era apanágio do comunismo...) como forma

¹⁴ Segundo a organização não-governamental britânica, Oxfam, a dívida moçambicana aumentou em cerca de US\$300 milhões por ano entre 1980 e 1994. Nos anos noventa o próprio FMI prognosticou que o serviço da dívida iria subir para US\$400 milhões em 2000 antes de se estabilizar numa média de US\$435 milhões no ano 2005. O que é ainda mais interessante observar é que uma boa parte desta dívida foi contraída junto do FMI. Assim, a dívida duplicou de US\$18 para \$30 milhões entre 1996 e 1998. O serviço da dívida para com o Banco Mundial também duplicou de US\$8 para 18 milhões no mesmo período de tempo esperando-se que suba para mais de US\$70 milhões em 2015. A ironia destes números está no facto de que o FMI e o Banco Mundial foram a Moçambique para ajudar o país a livrar-se do problema da dívida!

de inocular o centro contra os efeitos secundários da patologia da periferia.

O ajustamento estrutural, portanto, funciona ao nível duma lógica específica aos tempos em que vivemos. Esta lógica articula um projecto totalizante de concepção neo-liberal que estende à escala mundial formas insidiosas de controlo da vida. São insidiosas as formas de controlo porque o neo-liberalismo utiliza, para recuperar a classificação de Sousa Santos, um discurso simultaneamente de conhecimento-regulação e conhecimento-emancipação. Com efeito, através das técnicas disciplinares do consenso de Washington que se consubstanciam nas estratégias de risco brevemente descritas mais acima o discurso e práticas neo-liberais submete a periferia ao poder hegemónico dum centro enebriado pela sua própria vitória. O conhecimento-regulação impõe uma norma que países despidos de qualquer individualidade, quais 'zombies' - no sentido de Jean e John Comaroff (1999) - tão representativos do capitalismo milenário, seguem à risca, sob pena de não existirem. Ao mesmo tempo, contudo, trata-se dum discurso que glorifica a liberdade, a emancipação e tudo quanto de bom e útil a modernidade tem para prometer ao ponto de parecer irracional a persistente rejeição da modernidade pela periferia.

O ajustamento estrutural inventa Moçambique. Sem ele Moçambique não pode ser visível aos olhos da comunidade internacional doadora. Através do ajustamento estrutural criam-se não só as condições de visibilidade do país, como também, e sobretudo, estabelecem-se os parâmetros segundo os quais o próprio país se reconstitui. Por detrás do ajustamento estrutural está o consenso de Washington, cuja lógica está profundamente alicerçada no projecto totalizante neo-liberal.

Na agenda deste projecto não figura o desenvolvimento de países como Moçambique. O que consta dessa agenda é, antes pelo contrário, a contenção dos perigos que o atraso económico e a instabilidade política da periferia colocam à porta do centro. Esses perigos são traduzidos em riscos segundo estratégias que por um lado identificam resultados agregados desejáveis e, por outro, isolam grupos considerados de risco para não contaminarem o tecido social. Neste contexto ideológico a ajuda para o desenvolvimento constitui um fim em si. Noutros termos, ajuda-se para se poder ajudar. O ajustamento estrutural, por exemplo, fez de Moçambique um dos maiores recipientes de auxílio externo em

África. Segundo Joseph Hanlon mais de dois terços das importações essenciais do país são financiadas pelo auxílio externo em forma de donativos (Hanlon 1996). Um dos principais objectivos do ajustamento estrutural era precisamente de equilibrar a balança de pagamentos, contudo a maciça subvenção das importações moçambicanas revela não só que este objectivo está longe de ser alcançado como também mostra que provavelmente a principal conquista do ajustamento estrutural é mesmo uma maior dependência do país em relação ao auxílio externo.

A análise aqui proposta pretende ser crítica. A crítica que se propõe, porém, não se apoia numa visão sólida duma alternativa estrutural. Neste sentido, ela é fundamentalmente diferente da análise crítica estrutural que a teoria da dependência, por exemplo, formularia em relação a este projecto totalizante. Segundo esta teoria a expansão material e discursiva do neo-liberalismo usando como instrumento ideológico imediato o consenso de Washington e apoiando-se na prática nas políticas de ajustamento estrutural seria um artefacto duma lógica estrutural que articula as relações entre o centro e a periferia. A conquista de espaços marginais e sua produção como periferia seria inerente ao próprio funcionamento do modo de produção capitalista sobre o qual assenta o poder neo-liberal. Ainda que persuasiva a teoria da dependência oferece uma perspectiva demasiado determinista para ser útil no projecto ambicioso de Sousa Santos de libertar a crítica da jaula de aço do triunfo liberal.

O que se propõe neste trabalho crítico não é tanto a descrição duma lógica estrutural perene quanto a análise duma contingência histórica. O poder neo-liberal não é essencial à ordem natural das coisas. Ele constitui-se na subjugação de outras historicidades. É um poder essencialmente discursivo que se insinua insidiosamente nas condições de possibilidade da realidade social. Identificar a sua presença e a forma como ele se reproduz à custa dos objectos que ele constitui pode ser um contributo fundamental para a produção duma teoria crítica que celebra a emancipação real.

Conclusão

O que pretendi demonstrar neste trabalho não é a maldade das instituições de Bretton Woods. Esse é um argumento simples. O que me interessa é proporcionar elementos para um diagnóstico do nosso tempo a partir dum exemplo muito específico. Esse exemplo é o ajustamento estrutural em Moçambique que na minha óptica obedece a uma lógica não teorizada que se insinua insidiosamente no quotidiano do centro e da periferia. Trata-se duma lógica neo-liberal que se constitui como um projecto totalizante através da domesticação das margens. Esta domesticação assume o carácter duma re-invenção de realidades, no caso vertente, da re-invenção de Moçambique como alvo e recipiente do auxílio externo.

Ao contrário da crítica do ajustamento estrutural que vê nele a execução dum plano malévolo para o empobrecimento e inviabilização da periferia prefiro ver nele a manifestação concreta dum projecto social que se articula em práticas discursivas e institucionais correspondentes a uma ideologia política estabelecida. Prefiro ver no ajustamento estrutural a continuação da política doméstica dos países do centro nos países da periferia por outros meios. Prefiro, em suma, aceitar a ideia de que o ajustamento estrutural corresponde a um impulso real de assistência e socorro. Partindo destas suposições e analisando as tecnologias de poder que este projecto social mobiliza chego à conclusão de que a lógica por detrás desse impulso humanitário trai os seus próprios objectivos. O ajustamento estrutural não pode nem estabilizar, nem permitir o desenvolvimento dos países recipientes. O ajustamento estrutural, nos termos em que é conduzido em Moçambique, serve, de momento, uma outra agenda. Essa agenda é a contenção do risco que representa o atraso económico de países como Moçambique para a estabilidade e segurança dos países do centro.

Posto isto é legítimo perguntar se Moçambique estaria melhor sem o ajustamento estrutural. A minha resposta a esta questão é um não enfático. Moçambique precisa do ajustamento estrutural por todas as razões aqui apresentadas para descrever a lógica estrutural do projecto totalizante neo-liberal. Ao mesmo tempo, contudo, o país deve reconhecer e saber definir nessa lógica estrutural espaços de acção para a sua subversão. Mais do que mais uma crítica da desumanidade

do ajustamento estrutural e da falta de piedade das instituições de Bretton Woods o que Moçambique precisa, e isto aplica-se a quase todos os países nas mesmas condições, é a recuperação duma teoria crítica, conforme o apelo de Sousa Santos. Essa teoria crítica, porém, não vai servir de cavalo de batalha contra o conhecimento-regulação do projecto neo-liberal, mas sim como instrumento de subversão da lógica que lhe é subjacente.

A recuperação duma teoria crítica é essencial para dotar os fracos duma arma contra o totalitarismo.

Bibliografia

- Abrahamsson, H. & Nilsson, A. (1995) *Mozambique: the troubled transition – from socialist construction to free market capitalism*. Londres: Zed Books.
- Adjumobi, S. (1996) The structural adjustment programme and democratic transition in Africa. In *Verfassung und Recht im Übersee*, 29,4, pp.416-33.
- Andersson, H. (1992) *Mozambique – a war against the people*. Basingstoke: Macmillan.
- Appadurai, A. (2002) Deep democracy: Urban governmentality and the horizon of politics. In *Public Culture*, 14, 1, pp.21-47.
- Bar-On, A. (1997) Assessing sub-Saharan Africa's structural adjustment programmes: the need for more qualitative measures. In *Journal of Social Development*, 12, 1, pp.15-27.
- Burchell, G., Gordon, C. and Miller, P. (eds), *The Foucault effect - Studies in governmentality*. London: Harvester.
- Carmody, P. (1998), Constructing alternatives to structural adjustment in Africa. In *Review of African Political Economy*, 25, 75, pp.25-46.
- Cheru, F. (1995) The World Bank and structural adjustment in Africa. In *Africa Insight*, 25, 4, pp.236-40.
- Comaroff, J & Comaroff, J.L. (1999) Alien-nation: Zombies, immigrants and millennial capitalism. In *Codesria Bulletin*, pp.17-28.
- Cruz e Silva, T. (1996) *Protestant churches and the formation of political consciousness in Southern Mozambique (1930-1974): The case of the Swiss Mission*. Ph.D. Thesis, University of Bradford.
- Dean, M. (1991) *The Constitution of poverty: Towards a genealogy of liberal governance*. London: Routledge.
- ____ (1997) Sociology after society. In Owen, D. (ed.), *Sociology after postmodernism*. London: Sage, pp.205-28.

- Ericson, R., Barry, D. and Doyle, A. (2000) The moral hazards of neo-liberalism: lessons from the private insurance industry. In *Economy and Society*, 29, 4, 532-558.
- Finnegan, W. (1992). *A complicated war – the harrowing of Mozambique*. Berkeley: University of California Press.
- Foucault, M. (1991) Governmentality. In Burchell, G., Gordon, C. and Miller, P. (eds), *The Foucault effect - Studies in governmentality*. London: Harvester, pp.87-104.
- Gersony, R. (1988). *Mozambique refugee accounts of principally conflict-related experiences in Mozambique*. Washington: US State Department.
- Green, R.H. e Faber, M. (eds), (1994) *The structural adjustment of structural adjustment: sub-Saharan Africa 1980-1993*. Brighton: Institute of Development Studies.
- Gibbon, P. (1996) Structural adjustment and structural change in sub-Saharan Africa: some provisional conclusions. In *Development and Change*, 27, 4, pp.751-784.
- Hacking, I. (1990) *The taming of chance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ___ (1999) *The social construction of what?*. Cambridge: Harvard University Press.
- Hanlon, J. (1984). *The revolution under fire*. Londres: Zed Books.
- ___ (1991) *Mozambique – who calls the shots?* Londres: James Currey.
- ___ (1996) *Peace without profit: How the IMF blocks rebuilding Mozambique*. Oxford: Irish Mozambique Solidarity & International African Institute.
- Hardt, M. E Negri, A. (2000) *Empire*. Londres: Harvard University Press.
- Harrison, G. (1998) Marketing legitimacy in rural Mozambique: the case of Mecúfi district, northern Mozambique. In *The Journal of Modern African Studies*, 36, 4, pp.569-91.
- Harvey, C. (ed.), (1996) *Constraints on the success of structural adjustment programmes in Africa*. Basingstoke: Macmillan.
- Jaycox, E.V.K. (1989/90) Structural adjustment in sub-Saharan Africa: the World Bank's perspective. In *Issue*, 18, 1, p.36-40.
- Jeffries, R. (1993), The State, structural adjustment and good government in Africa. In *The Journal of Commonwealth & Comparative Politics*, 31, 1, pp.20-35.
- Konadu-Agyemang, K. (1998) Structural adjustment programs and the perpetuating of poverty and underdevelopment in Africa: Ghana's experience revisited. In *Scandinavian Journal of Development Alternatives and Area Studies*, 17, 2/3, pp.127-44.

- Macamo, E. (1999) Alternative structural adjustment or the reinvention of politics. In Langthaler, H. *Voices from Africa*. Frankfurt am Main: Peter Lang, pp.78-91.
- (2002), Der IWF, die Weltbank und das Streben nach Perfektion in Mosambik. In *Zeitschrift für Sozialökonomie*, 39 (132), pp.34-40.
- Lemke, T. (2001) 'The birth of bio-politics': Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality. In *Economy and Society*, 30 (2), pp.190-207.
- Lopes, C. (1997) *Compasso de espera – o fundamental e o acessório na crise africana*. Porto: Afrontamento.
- Maffesoli, M. (1994) *La violence totalitaire – essai d'anthropologie politique*. Paris : Meridiens Klincksieck.
- Mbaku, J.M. (1999) A balance sheet of structural adjustment in Africa: towards a sustainable development agenda. In Mbaku, J.M. (ed.) *Preparing Africa for the twenty-first century: strategies for peaceful coexistence and sustainable development*. Aldershot: Ashgate.
- Mkandawire, T. e Olukoshi, A. (eds), (1995) *Between liberalisation and oppression: the politics of structural adjustment in Africa*. Dakar: Codesria.
- Mlambo, A.S. (1993) The rich shall inherit the earth: towards an analysis of the role and impact of IMF structural adjustment programmes in sub-Saharan Africa. In *Zambezia*, 20, 1, pp.53-76.
- Olukoshi, A. O. (1998) *The elusive prince of Denmark: structural adjustment and the crisis of governance in Africa*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.
- Please, S. (1992) Beyond structural adjustment in Africa. In *Development Policy Review*, 10, 3, pp.289-307.
- Riddell, J.B. (1992) Things fall apart again: structural adjustment programmes in sub-Saharan Africa. In *The Journal of Modern African Studies*, 30, 1, pp.53-68.
- Rose, N. (1996), The death of the social? Re-figuring the territory of government. In *Economy and Society*, 25, 3, pp.327-56.
- Sahn, D.E., Dorosh, P.A. e Younger, S. (1997) *Structural adjustment reconsidered: economic policy and poverty in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Scott, J.C. (1998) *Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press.
- Simsa'a, L. (1998) Structural adjustment policies and women in the rural areas in Africa: a review of some major issues. In *Africa Development*, 23, 3/4, pp.135-47.

- Sousa Santos, B. (1999), Porque é tão difícil construir uma teoria crítica?. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, pp.197-214.
- Stewart, F. (1995) *Adjustment and poverty: options and choices*. London: Routledge.
- Tschirley, D.L. e Benfica, R. (2001) Smallholder agriculture, wage labour and rural poverty alleviation in land-abundant areas of Africa: evidence from Mozambique. In *The Journal of Modern African Studies*, 39, 2, pp.333-58.

Outras fontes

- International Monetary Fund, URL: <http://www.imf.org/external/country/moz/index.htm>
- International Social Science Journal* (2000). The development debate – beyond the Washington consensus. Oxford: Blackwell.
- Koordinierungskreis Mosambik e.V. *Die wichtigsten Daten zur Verschuldung Mosambiks*. URL: <http://www.kkmosambik.de/kampagne/index.htm>
- Oxfam, *Debt relief for Mozambique*. URL: <http://www.oxfam.org.au/oxfam/advocacy/moz97.html>
- World Bank. URL: <http://www.worldbank.org/afr/mz2.htm>

